

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.411 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

Senado aprova contribuições sobre combustíveis importados

Nova tributação substituirá adicional cobrado sobre preço de derivados de petróleo, que reforça cofres do Tesouro em aproximadamente R\$ 6 bilhões ao ano. Mesmo com 66 votos a favor, proposta provocou polêmica no Plenário



O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que possibilita a incidência de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre a importação de derivados de petróleo e combustíveis, além de bens e serviços de telecomunicações. Ao final de prolongado debate, a proposta recebeu 66 votos a favor, um contrário e uma abstenção. Os senadores aprovaram também novas exigências para fabricantes de lâmpadas incandescentes e a inclusão do Pantanal de Mato Grosso do Sul entre os patrimônios nacionais.

PÁGINAS 2 E 3

O Senado teve ontem sessão movimentada, com a aprovação também do projeto de lei que regulamenta o plano de carreira do Tribunal de Contas da União

Comissão acolhe relatório sobre a reforma do Judiciário

Fim do voto secreto no Congresso recebe parecer favorável

PÁGINA 5

Comércio e utilização do inseticida DDT podem ser proibidos

PÁGINA 4

Audiência discute hoje projeto sobre crimes na informática

PÁGINA 7



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem relatório do senador Bernardo Cabral sobre a proposta de emenda constitucional que institui a reforma do Judiciário. Na próxima quarta-feira, devem ser examinados os pedidos de destaque para votação em separado de parte das 247 emendas apresentadas pelos integrantes da comissão.

PÁGINA 5

Além dos senadores, participaram da reunião da Comissão de Justiça juristas convidados por Bernardo Cabral

Aprovada inclusão do Pantanal de Mato Grosso do Sul no patrimônio nacional

Proposta de emenda à Constituição de autoria de Ramez Tebet foi acolhida pela unanimidade dos senadores que participaram da votação e será agora apreciada em segundo turno

Plano de carreira do TCU vai à sanção

O Senado Federal aprovou ontem o projeto de lei que regulamenta o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto, de iniciativa do próprio TCU, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, segue, assim, para a sanção presidencial.

A proposição teve pareceres favoráveis das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), redigidos, respectivamente, pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

O projeto fixa a quantidade de funcionários do tribunal em 2.120, sendo 1.096 analistas de controle externo (nível superior); 994 técnicos de controle externo (nível médio); e 30 auxiliares de controle externo (nível básico). Os salários irão variar de R\$ 795 a R\$ 5.333.

Após a votação, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), afirmou que a aprovação do plano de carreira era um "ato de justiça" para com os funcionários do TCU. O senador acrescentou que a Mesa do Senado pretende aprovar, até o fim do ano, o plano de carreira dos funcionários do Senado Federal.

Por 66 votos a favor e nenhum contrário, o Senado Federal aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui, entre os patrimônios nacionais, o Pantanal Sul-Mato-Grossense. A proposta, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), volta à pauta no próximo dia 10, para o segundo turno de votação.

A Constituição já faz referência à Floresta Amazônica, à Mata Atlântica, à Serra do Mar, à Zona Costeira e ao Pantanal Mato-Grossense como áreas que constituem patrimônio nacional. Em sua justificativa, o hoje presidente do Senado afirma que a cha-

mada região do Pantanal totaliza 159 mil quilômetros quadrados, dos quais 65% encontram-se em Mato Grosso do Sul.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Osmar Dias (PDT-PR), ressaltou em seu parecer que a importância do



Tebet pretende deixar clara, na Constituição, a referência ao Pantanal Sul-Mato-Grossense

Freire homenageia revista de Pernambuco

O senador Roberto Freire (PPS-PE) prestou homenagem à revista *Continente Cultural*, da Companhia Editora de Pernambuco. Freire manifestou a sua certeza de que a revista, que já está em sua 10ª edição, exporá a Pernambuco e ao país muitos aspectos da cultura do estado que permanecem desconhecidos.

— Pelas dimensões do território e da cultura brasileiros, sempre é louvável quando alguma iniciativa fora do Sul/Sudeste se viabiliza — disse o senador, acrescentando que essa luta não é fácil.

Freire ressaltou as qualidades da publicação, desde a impressão até às fotos, passando por ilustrações e textos. Ele parabenizou a equipe responsável pela revista —



Roberto Freire aponta a "ousadia libertária" como uma das marcas de Pernambuco

incluindo Carlos Fernandes, Mário Hélio, Homero Fonseca, Marco Polo, Alexandre Bandeira, Luiz Arrais, André Fellows, Lin e Zenival — pela excelência do tra-

balho, e a Companhia Editora de Pernambuco pela ousadia.

— Meu estado não pode jamais perder a sua ousadia libertária, uma das principais marcas de sua história e de sua gente — disse o senador.

Freire lembrou que as cidades de Recife e Olinda forneceram ao país grandes intelectuais, artistas plásticos, estudiosos da história, poetas, escritores, o folclore, os ritmos, as danças e, mais importante, acrescentou, o espírito rebelde.

— Orgulha-nos o fato de sermos brasileiros de Pernambuco, isto porque a brasilidade tem no nosso estado um dos seus principais veios e sustentáculos — disse o senador.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

9h45 — Participa da reunião de líderes do Senado

11h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo na autorização para acumular cargos públicos remunerados); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/01, cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região; PLC nº 78/01, institui o Dia da Bíblia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios apresentados. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

9h30 — Reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 76/00, que define e tipifica os delitos informáticos. Convidados: Vanda Regina Teixeira Scartezin, secretária de Política de Informática e Automação do Ministério da Ciência e Tecnologia; Roque Abdo, diretor-presidente da Associação dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet); Eustáquio Márcio de Oliveira, diretor do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal; Alexandre Rodrigues Atheniense, vice-presidente da Comissão de Informática do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Walter Nunes da Silva Júnior, juiz Federal (RN); e representantes do Ministério Público Federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Combustível importado pode sofrer tributação

Proposta que possibilita a incidência de contribuições sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações e derivados do petróleo foi aprovada, mas será discutida em nova audiência pública antes da votação em segundo turno

Depois de longa discussão, o Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que possibilita a incidência de contribuições sociais e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide, ainda a ser criada) sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados do petróleo e combustíveis. Foram 66 votos a favor, um contrário e uma abstenção. Os senadores concordaram em realizar nova audiência pública sobre o assunto antes que a matéria volte para votação em segundo turno, no próximo dia 10.

A Cide irá substituir a Parcela de Preços Específica (PPE), adicional cobrado no preço dos derivados do petróleo, a ser extinta em janeiro do ano que vem. A PPE reforça os cofres do Tesouro com aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano, segundo o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O vice-líder do governo e relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romero Jucá (PSDB-RR),

afirmou que a medida não prejudica os estados, já que impedirá a concessão de liminares dispensando distribuidoras de combustíveis do recolhimento de ICMS. Apenas o Rio de Janeiro, afirmou, teve um prejuízo de R\$ 157 milhões com o não recolhimento no ano passado. Segundo ele, a medida ainda protege o petróleo produzido no país, ao tributar o produto importado.

Jucá informou ainda que o projeto de lei complementar regulamentando a Cide será aprovado ainda este ano. O senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou que será difícil essa aprovação em tempo hábil.

Jefferson Péres foi o autor de emenda para retirar da PEC os dispositivos que tratam da incidência do ICMS por uma única vez, assim como os que asseguram a possibilidade de sua redução. Segundo ele, alguns itens da PEC poderão gerar uma "insegurança jurídica que trará incerteza aos estados quanto à tributação dos combustíveis, que representa, em média, 30% de sua arrecadação". Jucá informou que esses tópicos serão regulamentados

em projeto de lei a ser enviado pelo governo no ano que vem.

A insegurança jurídica foi levantada primeiramente pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES), que pediu a realização de audiência pública com os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e de Minas e Energia, José Jorge, para tratar do assunto. O acordo para realização da audiência entre os dois turnos, aceito pelas lideranças, foi proposto pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A insegurança citada por Hartung foi também levantada pelo senador José Alencar (PL-MG), para quem a matéria ainda não estava em condições de ser votada. Essa mesma insegurança foi mencionada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), para quem ações judiciais podem impedir os estados de continuar a cobrar o ICMS como é feito hoje.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) chamou a atenção para a impossibilidade de as assembleias legislativas votarem novas legislações para a adequação da cobrança do ICMS em poucos dias.



Jucá afirma que medida não prejudica os estados, mas Jefferson teme a "insegurança jurídica" quanto à tributação dos combustíveis

O líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), afirmou que a PEC mantinha uma "exceção odiosa", que é a proibição de estados produtores de petróleo – como ocorre também com os que produzem energia elétrica – cobrarem ICMS sobre esses produtos, favorecendo os estados consumidores. Mas defendeu o voto favorável, argumentando que apresentará nova PEC corrigindo a distorção.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que a PEC não contemplava alguns estados, produtores de álcool, que ainda precisam de proteção para a comercialização do produto. A afirmação foi contestada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), para quem esses estados já estavam protegidos. A senadora manifestou-se favorável à aprovação da PEC, que, para ela, fortalece a Petrobras.



Osmar Dias, na CCJ, e Antonio Carlos Júnior, na CAE, deram pareceres favoráveis à aprovação das novas exigências para lâmpadas incandescentes

Definidas normas para lâmpadas incandescentes

Os fabricantes de lâmpadas incandescentes terão de cumprir uma série de exigências legais de modo a deixar os seus produtos mais resistentes à oscilação da corrente elétrica, e os consumidores deverão ser informados sobre a qualidade do produto. É o que estabelece projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado ontem em Plenário, com emendas de redação, e encaminhado à sanção presidencial. A matéria recebeu parecer favorável dos senadores Osmar Dias (PDT-PR), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e Antonio Carlos

Júnior (PFL-BA), na Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto, de autoria do deputado Luciano Zica (PT-SP), estabelece que as lâmpadas incandescentes terão que suportar uma variação, para mais, de até 10% das tensões nominais das redes de distribuição. A embalagem das lâmpadas deve conter informações sobre sua luminosidade, durabilidade em horas e os possíveis efeitos decorrentes do uso em tensões elétricas distintas das especificações, no caso de o produto destinar-se ao mercado interno.

Mudança no Funproger voltará à Câmara

O Senado aprovou alterações no Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger). Os senadores excluíram, do projeto de lei de conversão aprovado pela Câmara, a exigência de apresentação de contragarantia, pelos mutuários, de valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida pelo fundo. Modificada, a matéria volta ao exame dos deputados.

A supressão do artigo exigindo a contragarantia foi pedida

pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e apoiada por todas as lideranças, inclusive do governo. O parlamentar argumentou que a exigência iria inviabilizar o Funproger, já que os micro e pequenos empreendedores – público alvo do fundo – teriam dificuldade para conseguir essa contragarantia.

O projeto de lei de conversão – resultante das modificações introduzidas pelos deputados na medida provisória (MP) que tra-

ta do assunto – pretende também permitir que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) autorize linhas de crédito sem a participação no risco por parte das instituições financeiras, "desde que precedidos de processos de seleção e capacitação dos empreendedores".

A proposta também amplia o limite do valor de constituição do Funproger de R\$ 50 milhões para R\$ 100 milhões.

Plenário manifesta pesar pela morte de Vilmar Faria

Atendendo a requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Senado aprovou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Vilmar Evangelista Faria, assessor especial da Presidência da República. Ao encaminhar a votação do requerimento, o parlamentar lembrou a excelência do trabalho do assessor, doutor em Sociologia pela Universidade de Harvard.

Alcântara afirmou que Vilmar Faria era grande defensor, no governo, da implantação de programas sociais. A senadora Marina

Silva (PT-AC) acrescentou que o assessor sempre estava aberto ao debate. Tanto ela quanto o senador Roberto Freire (PPS-PE) associaram-se ao requerimento de Alcântara. Também o presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se à homenagem, em nome da Mesa do Senado.

EVANGÉLICO

Seguindo iniciativa do Poder Executivo, o presidente do Senado anunciou que, em virtude do feriado do Dia do Evangélico, a ser comemorado amanhã em todo o Distrito Federal, não have-

rá sessão.

Ainda ontem, o senador Tião Viana (PT-AC) reclamou da falta de providências para facilitar o acesso ao Senado de portadores de deficiência física, solicitadas em requerimento que apresentou em março do ano passado. Tebet pediu ao diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, que tome as medidas necessárias.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) observou que, para editar 100 exemplares de sua prestação de contas em braile, teve de abrir mão de 25 mil exemplares impressos. Ela pediu que os senadores tenham uma cota fixa para impressão em braile, sem prejuízo da cota para impressos comuns.

Comércio e uso do DDT podem ser proibidos

Projeto de Tião Viana aprovado ontem pela CCJ impede a utilização do produto. A decisão final será da Comissão de Assuntos Sociais

A fabricação, importação, comercialização, manutenção em estoque e uso do diclorodifenil-tricloreto (DDT) poderão ser proibidos no Brasil, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a proposta prevê que os estoques do produto serão incinerados, respeitando-se as normas ambientais vigentes.

A decisão final sobre a matéria caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ao justificar seu projeto, o senador Tião Viana (PT-AC) adverte para o fato de que o DDT acarreta sérios riscos ao meio ambiente e à saúde humana, devido ao efeito cumulativo nas cadeias alimentares e à persistência do pro-



Tuma apresentou parecer favorável ao projeto, que prevê a incineração dos estoques do DDT

duto no ambiente.

O texto prevê que a inobservância da proibição constitui crime. O projeto também determina que o Poder Executivo deverá realizar avaliação do impacto ambien-

tal e sanitário causado na Amazônia pelo uso do DDT no controle de vetores de doenças.

Viana registrou a existência de movimento internacional, promovido pela Malaria Foundation International, organização não-governamental, e pelo United Nation Environment Program, pelo banimento do DDT no mundo, o que pode ocorrer até 2007.

A CCJ também aprovou parecer a projeto de

Tião Viana modificando a lei da vigilância sanitária, para obrigar o acompanhamento das autoridades de saúde pública das ocorrências internacionais sobre o uso de medicamentos.

Projeto sobre reprodução assistida será votado na próxima semana

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou para quarta-feira, dia 5, a votação de substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o uso das técnicas de reprodução humana assistida destinadas à implantação artificial de gametas ou embriões fertilizados *in vitro* no organismo de mulheres. Se aprovado pela CAS, o substitutivo será votado em segundo turno. Confirmada a aprovação, a matéria segue diretamente para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que o texto seja votado pelo Plenário do Senado.

O adiamento da votação deveu-se à apresentação de duas emendas à proposta original. Uma, do senador Lúcio Alcântara, estabelece que somente os casais em união estável poderão ser beneficiários das técnicas de reprodução assistida. A segunda, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), torna mais rigorosas as penas para quem infringir a legislação. O profissional que praticar a reprodução assistida sem prévio consentimento dos beneficiários, por exemplo, estará su-



A Comissão de Assuntos Sociais adiou a votação da proposta devido às emendas apresentadas por Lúcio Alcântara e Roberto Requião

jeito à reclusão de dois a quatro anos, além de multa.

O texto proíbe a clonagem radical de seres humanos por meio de qualquer técnica genética e também veda a prática da chamada "barriga de aluguel".

VÁCUO

Tião Viana, que é médico, informou que não existe no país legislação própria destinada a regular a reprodução humana assistida, mas apenas portaria, datada de 1992, que orienta os médicos que trabalham em clínicas especializadas, e dispositivo na Lei Nacional de Biossegurança, de 1997, que se refere à não-utilização e à comercialização de material genético.

"Trata-se de um vácuo a ser preenchido pela aprovação do projeto", observou.

O relator destacou outro ponto positivo do projeto: a determinação de que a implantação *in vitro* ocorrerá com apenas dois embriões. Com isso, observou, tanto a mãe como o bebê a ser gerado terão maior segurança. O projeto estabelece ainda que os serviços de saúde que praticam a reprodução assistida estarão obrigados a zelar pelo sigilo da doação. A pessoa nascida pelo processo de reprodução assistida, de acordo com o projeto, terá acesso a todas as informações sobre o processo que a gerou.



Acordo entre oposição e governistas na Comissão de Fiscalização e Controle garantiu a convocação do diretor-presidente da Anvisa

Dirigentes da Anvisa devem esclarecer denúncia contra Serra

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) convocando o diretor-presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gonzalo Vecina Neto, e o diretor de medicamentos do órgão, Luiz Felipe Moreira Lima, para falar sobre a fiscalização de medicamentos.

Os dois deverão esclarecer, em audiências separadas, denúncia de Luiz Felipe Moreira Lima de que a Anvisa não é independente e tampouco tem controle sobre os medicamentos vendidos nas farmácias do país. O diretor também comparou a gerência geral de medicamentos a um "balcão de negócios".

Em outra denúncia, Luiz Felipe disse que o ministro da Saúde, José Serra, baseou-se em motivos eleitorais para posicionar-se contra a divulgação da relação dos medicamentos irregulares identificados pela Anvisa. Devido à denúncia, Heloísa He-

lena pedia também na primeira versão do requerimento a convocação do ministro. Houve acordo com a liderança do governo para que o diretor-presidente da Anvisa substituísse Serra.

Pelo acordo firmado, se ficar comprovado que houve interferência indevida de Serra na Anvisa, o ministro também será convidado a comparecer à comissão. Heloísa Helena concordou ainda que fossem realizadas duas audiências públicas, uma com Gonzalo Vecina Neto e outra com Luiz Felipe Moreira Lima.

A bancada do governo não concordou com a intenção da senadora de promover apenas uma reunião, por considerar que ocorreria uma acareação, já que Gonzalo Vecina, em entrevistas, classificou como "deslavada mentira" a declaração de Luiz Felipe de que Serra interfere na condução da Anvisa. Com o acordo entre governistas e opositores, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Rocha: substitutivo sobre o uso do silicone já está pronto

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) já concluiu o substitutivo sobre o projeto da Câmara que regulamenta o uso médico de próteses de silicone. Ele anunciou ontem a distribuição do texto aos membros da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e disse que os senadores ainda podem apresentar sugestões.

No substitutivo, Sebastião Rocha trata do uso de silicone líquido em casos específicos, comprovadamente terapêuticos e autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A utilização indevida do produto fica proibida. Segundo Rocha, o uso inadequado será considerado lesão corporal, com pena de

até 12 anos para quem injetar silicone líquido em outra pessoa. "O silicone injetável usado com fins estéticos pode deformar e produzir lesões graves", alertou.

O texto estabelece ainda a necessidade da assinatura de um "termo de consentimento livre e esclarecido" por pacientes que forem se submeter à implantação de próteses gelatinosas. A iniciativa é apoiada pelo Conselho Federal de Medicina, disse o senador. "O termo garante mais informações ao paciente", afirmou. Rocha informou que não há estudos conclusivos sobre os riscos das próteses gelatinosas, mas há suspeitas de que possam causar doenças como câncer e lúpus.

Reforma do Judiciário avança em comissão

Relatório de Bernardo Cabral sobre a proposta de emenda constitucional é aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que na próxima quarta-feira examinará as emendas apresentadas pelos senadores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu início ontem à votação da reforma do Judiciário, ao aprovar o relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de emenda à Constituição que trata do assunto. Para concluir a votação do parecer ainda serão analisados, em reunião marcada para a próxima quarta-feira (5), às 9h, os pedidos de destaque formulados pelos integrantes da comissão

para votação em separado de grande parte das 247 emendas apresentadas.

Na opinião de Cabral, as propostas contidas em seu parecer têm a função de garantir que o Judiciário possa atuar com mais agilidade. Ele ressaltou ainda que o Se-



Bernardo Cabral: "O ponto fundamental dessa reforma é combater a lentidão da Justiça"

nado, paralelamente à tramitação da emenda constitucional, pretende que seja aprovada também nova legislação infraconstitucional com esse objetivo.

– O ponto fundamental dessa reforma é combater a lentidão da Justiça. Hoje, a maior praga, se-

gundo todos os que militam no Judiciário, é a morosidade no deslinde das controvérsias e no julgamento das questões – afirmou Cabral após a reunião da CCJ.

Uma das principais mudanças contidas na proposta de Cabral é a extensão dos efeitos da súmula vinculante ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). No texto aprovado pela Câmara, teriam efeito vinculante apenas as decisões do Supremo Tribunal Federal

(STF). O relator disse que a medida justifica-se pelo "volume excessivo" de causas que é analisado por esses tribunais.

O Conselho Nacional de Justiça é outra inovação contida na reforma do Judiciário. A sua composição ainda será definida quan-

do for feita a discussão das emendas às propostas de Cabral, mas o relator adiantou que essa é uma "velha aspiração da sociedade" para que exista, no âmbito do Judiciário, um órgão destinado a controlar as medidas tomadas.

PRECATÓRIOS

Outra inovação da proposta de Cabral, fruto de sugestões encaminhadas ao relator pelo STJ, refere-se à transformação dos precatórios judiciais em títulos de sentença judicial. "Essa é uma forma de fazer com que o credor, que passa a vida inteira sendo coteado, possa agora ver o seu precatório pago em dez meses", afirmou Cabral.

Diferentemente da proposta da Câmara, Cabral também alterou as normas para nomeação de ministros para o STF pelo presidente de República. O relator sugere que seja adotada uma "quarentena" pela qual só poderá ser indicado para ministro do Supremo quem,

nos últimos três anos, não tiver ocupado os cargos de presidente e vice-presidente da República, senador, deputado federal, procurador-geral da República ou advogado-geral da União. Ele afirmou que a medida é importante para que as nomeações para o STF não sejam "timbradas pela amizade que possa haver com o presidente da República".

Cabral destacou ainda que o seu parecer ataca o problema do nepotismo no Judiciário e amplia a autonomia concedida às procuradorias estaduais, pontos que não foram enfrentados na proposta aprovada na Câmara.

– Precisamos ter em mente que o Senado é uma Casa revisora, que precisa, quando não confirmar, melhorar o que veio da Câmara. A reforma avança no Senado, mas acredito que já poderia ter sido votada na CCJ – afirmou Cabral, que espera que a votação possa ser concluída na próxima semana.

Deve voltar à CCJ criação de tribunais regionais federais

O Plenário realizou ontem o quarto dia de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região, com sedes em Curitiba e Belo Horizonte. Foram apresentadas emendas de redação,



Arlindo Porto diz que proposta aproxima Justiça dos cidadãos

o que forçará o retorno da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje é o quinto e último dia de discussão. O senador Arlindo Porto (PTB-MG), autor da PEC, pediu que a apreciação pela CCJ se dê em regime de urgência.

A proposta, na avaliação do senador, contribuirá para uma Justiça ágil e próxima do cidadão. O parlamentar salientou que atualmente os processos destinados aos tribunais regionais federais que tramitam em Belo Horizonte são atendidos na 1ª Região, com sede em Brasília, onde há um acúmulo de cerca de 240 mil processos – destes, 130 mil pertencem a Minas. Já as demandas do Paraná são

atendidas em Porto Alegre e respondem por mais de um terço dos processos.

O senador Álvaro Dias (PDT-PR), que também salientou a importância da descentralização da Justiça, disse que tinha proposta semelhante e mais ampla, mas a retirou em favor da iniciativa de Arlindo Porto. Francelino Pereira (PFL-MG) pediu urgência na votação da matéria, relatada na CCJ pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

ODONTÓLOGOS

Também hoje o Plenário deve decidir sobre proposta de emenda constitucional que autoriza os dentistas a acumularem dois empregos públicos. O Senado aprovou na última terça-feira emenda que prevê acumulação de dois empregos públicos para todos os profissionais de saúde, incluindo os dentistas. Como os dois projetos tramitavam separadamente, a emenda sobre os odontólogos não foi considerada prejudicada, o que pode ocorrer na sessão de hoje.

Fim do voto secreto tem parecer favorável

Todas as deliberações do Congresso Nacional poderão passar a ser feitas por meio de votações abertas. A medida está prevista em substitutivo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) à proposta de emenda à Constituição do senador Tião Viana (PT-AC) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria será ainda submetida ao Plenário.

O texto inicial de Tião Viana previa o fim do voto secreto apenas para as decisões, na Câmara e no Senado, sobre perda de mandato de parlamentares. O relator da matéria, senador José Eduardo Dutra, tornou a proposta mais abrangente. De acordo com o texto acolhido, nenhuma votação poderá ser feita por meio de votação secreta – como ocorre atualmente, por exemplo, nas sessões conjuntas do Congresso para deliberação sobre vetos presidenciais.

A aprovação do parecer de Dutra pela CCJ ocorreu logo depois de o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ter retirado seu voto em separado, contrário à iniciativa. Ele afirmou, porém, que ainda tem dúvidas em relação à quebra do sigilo nas votações de vetos presi-



Os membros da CCJ aprovaram o substitutivo de José Eduardo Dutra à proposta de Tião Viana (foto menor)



denciais. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, ressaltou a importância da votação e foi apoiado

pelo presidente da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM).

DEPUTADOS

Também recebeu parecer favorável proposta de emenda à Constituição de Cabral que prevê o aumento do número de deputados estaduais nas unidades da Federação em cujas capitais o número de vereadores é superior ao de deputados. Segundo a justificativa de Cabral, em estados que contam com apenas 24 deputados existem câmaras de vereadores nas capitais com 33 integrantes.

A CCJ aprovou ainda projeto de lei – com parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR) – que modifica a disciplina de recursos prevista atualmente no Código de Processo Civil. Entre outras mudanças, o projeto exclui as causas de até 60 salários mínimos da abrangência do chamado recurso de ofício, pelo qual as sentenças de primeira instância só produzem efeitos depois de confirmadas por tribunal.

Foi ainda aprovado parecer favorável da comissão a projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos alimentícios doados a entidades civis sem fins lucrativos para distribuição gratuita a pessoas carentes.



Ramez Tebet recebeu dirigentes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGT)

Tebet prevê dificuldade no Senado para projeto da CLT

Conforme o presidente da Casa, senadores têm considerado inadequada a tramitação de matéria polêmica em regime de urgência

O presidente do Senado, Ramez Tebet, previu ontem dificuldades para a aprovação na Casa do projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A matéria ainda está sendo apreciada pela Câmara dos Deputados.

— O que eu ouvi dos senadores até agora é que esse projeto é inadequado, e não falo pelo mérito, mas pelo fato de ser muito polêmico — disse o presidente do Senado.

Na opinião de Ramez Tebet, a matéria não está tendo uma tramitação tranquila na Câmara dos Deputados porque não foi devidamente discutida.

— Esse projeto poderia ser rejeitado, aprovado ou modificado, desde que não estivesse em regime de urgência. Positivamente, da forma como está sendo feito, a matéria está inteiramente inadequada — reforçou o senador.

CGT

O presidente do Senado recebeu ontem o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGT), Antônio Neto, o vice-presidente da entidade, Ubiraci Dantas, e o presidente da central em Brasília, Milton Alves. Eles solicitaram o apoio de Tebet para o ingresso da central sindical no Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Cofat).

Antônio Neto afirmou que inúmeros pedidos da entidade para ingressar no conselho foram rejeitados. Segundo ele, isso tem trazido prejuízos a mais de um milhão e meio de trabalhadores, representados pela CGT.

O presidente da entidade elogiou a postura de Ramez Tebet, contrária à urgência na votação do projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo Antônio Neto, a

posição do PMDB, partido ao qual Tebet é filiado, atende aos interesses dos trabalhadores, por não aceitar as mudanças propostas pelo governo.

PRÉVIAS DO PMDB

A data de realização das prévias para escolha do candidato do PMDB à Presidência da República será decidida pelos pré-candidatos — o senador Pedro Simon (RS) e o governador de Minas Gerais, Itamar Franco —, segundo informou o senador Ramez Tebet. A decisão, disse Tebet, foi tomada em reunião de membros do partido, ocorrida em sua residência, na noite de terça-feira.

Ramez Tebet explicou que, a princípio, a data de 20 de janeiro de 2002 será mantida, mas adiantou que alguns fatores possíveis de provocar o adiamento estão sendo considerados pelo partido, como as férias de janeiro, por exemplo.

Quintanilha lê protesto contra aposentadoria compulsória

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), integrante da Subcomissão do Idoso da Comissão de Assuntos Sociais, leu em Plenário trechos de uma carta indignada do desembargador Osvaldo da Silva Rico, que foi obrigado a se aposentar do Tribunal de Justiça de São Paulo por ter completado 70 anos de idade.

O desembargador afirma que o trabalho é um direito social previsto no artigo 6º da Constituição e, portanto, o trabalhador que completa 70

anos não deveria ser aposentado compulsoriamente, pois está protegido pela Carta Magna.

“Estamos diante do absurdo de constatar que chegar aos 70 anos — em vez de um triunfo, como já disse um pensador — é culpa suficiente para caracterizar justa causa. Oxalá não venham os tempos em que envelhecer seja crime doloso”, afirma o desembargador na carta, repassada a Quintanilha pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Solenidade marca os 38 anos de criação da Gráfica

Ao participar ontem da solenidade de comemoração dos 38 anos de criação da Gráfica do Senado, hoje Secretaria Especial de Editoração e Publicações, o presidente da Casa, Ramez Tebet, destacou a importância dos serviços daquele órgão para o registro da história da instituição e da vida nacional.

— Aqui se escreve a história do Brasil, feita pelos representantes dos estados que formam o país. Parabenizo a dedicação dos funcionários e fico feliz com esse trabalho que merece ser reverenciado — afirmou o senador.

Tebet observou que as publicações da Casa registram fatos desde a época do Império, incluindo tudo o que é dito pelos senadores em discursos e debates, o que depois se transforma, segundo frisou, na própria história do país.

Para ressaltar a relevância das

edições do Senado, Tebet falou sobre visita que fez ao parque gráfico, podendo relembrar e estudar a vida e trajetória de eminentes homens públicos, dos quais “todos ouvimos falar quando estamos na escola”.

— Um país que não tem memória não tem história. Tudo que acontece no Senado é importante e à Gráfica cabe a impressão desses fatos — disse o senador, aproveitando para parabenizar o terceiro-secretário da Mesa, senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, e o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Wilson Pedrosa.

O presidente também registrou a presença, na cerimônia, do arcebispo-militar do Brasil, dom Ávila, e dos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO), José Alencar (PL-MG) e Arlindo Porto (PTB-MG).



Senadores assistiram à cerimônia que assinalou o aniversário da atual Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Diretor-geral destaca símbolo da autonomia do Legislativo

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações foi criada em 1963, com o nome de Gráfica do Senado, para que os discursos dos senadores pudessem ser publicados na íntegra e não sofressem censura, o que ocorria por ordens governamentais na impressão feita pela Imprensa Nacional. A história foi contada pelo diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, ao descerrar a placa de comemoração dos 38 anos de fundação do órgão.

— Desde o bloco que o parlamentar usa até os Anais da Casa são de responsabilidade desse órgão que nasceu da necessidade de

respaldar a autonomia do próprio Legislativo — acrescentou Agaciél.

Ele observou também que os registros da Gráfica são capazes de revelar a verdadeira história do país, pois os assuntos debatidos pelos senadores refletem a situação momentânea e as diferentes posições dos políticos.

Além da presença do presidente do Senado, Ramez Tebet, e de vários senadores, a solenidade foi marcada pelo hasteamento da Bandeira Brasileira, a execução do Hino Nacional, a celebração de uma missa pelo arcebispo-militar do Brasil, dom Ávila, e a apresentação do Coral do Senado.

Comissões debatem crimes na informática

Audiência pública que será realizada hoje pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça com autoridades e especialistas tem o objetivo de analisar proposta de Renan Calheiros que define e tipifica os delitos informáticos

As Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizam hoje audiência pública sobre o projeto de lei que define e tipifica os delitos informáticos. Debaterão o tema a secretária de Política de Informática e Automação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Vanda Regina Scartezini, o diretor-presidente da Associação dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet, Roque Abdo, o diretor do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, Eustáquio Márcio de Oliveira, o vice-presidente da Comissão de Informática do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alexandre Rodrigues Atheniense, o juiz federal Walter Nunes da Silva Júnior e um

representante do Ministério Público Federal.

De autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto estabelece que constituem crime de uso indevido da informática os que vão contra a inviolabilidade de dados e sua comunicação, a propriedade e o patrimônio, a honra e a vida privada, a vida e integridade física das pessoas, o patrimônio fiscal, a moral pública, a opção sexual e a segurança nacional.

A proposição estabelece as pe-



Projeto de Renan Calheiros estabelece penas para cada tipo de crime

nas para cada tipo de crime, que podem ser de detenção, reclusão e multa. E prevê que qualquer crime que venha a ser praticado con-

tra empresa concessionária de serviços públicos, sociedade de economia mista ou órgão integrante da administração pública terá sua pena aumentada. Se qualquer dos crimes for praticado como meio de realização ou facilitação de outro crime, fica caracterizada, de acordo com o projeto, a circunstância agravante qualificadora, o que implica, também, aumento da pena de um terço até a metade. Ainda segundo a proposta de Calheiros, todos os crimes por uso indevido de computador estão sujeitos a multa igual ao valor do proveito pretendido ou do risco de prejuízo da vítima.

Ao justificar sua proposição, o senador afirma que, entre os chamados delitos informáticos, os

mais comuns são o acesso não-autorizado a computadores e sistemas eletrônicos, a destruição e a alteração das informações, a sabotagem por computadores, a intercessão de correio eletrônico, a fraude eletrônica e a transferência ilícita de fundos. Segundo o autor, ao definir como conduta delituosa determinados procedimentos até agora não tipificados no Direito Penal brasileiro, o projeto pretende preencher uma lacuna existente no ordenamento jurídico, colocando o Brasil em igualdade com outros tantos.

A audiência pública sobre a matéria está marcada para as 9h30. O projeto, distribuído à CE e à CCJ, será votado em caráter terminativo por esta última comissão.



Representantes dos governos da Bahia e de Minas Gerais foram ouvidos ontem pela Comissão do Rio São Francisco

Secretário de Minas fala sobre recuperação do São Francisco

A Comissão Especial do São Francisco, que acompanha a implantação do projeto de conservação e revitalização do rio, recebeu na tarde de ontem o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Paulino Cícero de Vasconcelos. Também foi ouvido pelo colegiado o diretor do Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia (CRA), Fausto Antônio de Azevedo.

Em sua apresentação, Paulino Cícero informou que o governo mineiro está realizando estudo de hidrogeologia do trecho mineiro da Bacia do São Francisco. Ainda de acordo com o secretário, o Executivo de Minas também vem promovendo le-

vantamento geofísico de 88 mil quilômetros quadrados do estado. Um avião, munido de equipamentos especiais, faz fotografias subterrâneas de áreas localizadas a até 800 metros de profundidade. Com essa tecnologia, assegura Paulino Cícero, é possível encontrar pontos onde há óleo ou gás natural.

Fausto Azevedo divulgou alguns dos programas do governo baiano, que, em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), está promovendo campanhas de educação ambiental e monitoramento da qualidade da água. Ele também destacou os trabalhos de recuperação das matas ciliares e de saneamento básico.

Emilia apóia luta das mulheres contra violência e discriminação

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, comemorado no dia 25 de novembro, representa uma oportunidade para que as mulheres exijam políticas públicas para reforçar seu sentimento de cidadania e luta contra a discriminação sexual, profissional, educacional e jurídica de que são vítimas no mundo e no Brasil.

Emilia citou dados sobre a violência contra a mulher, segundo os quais 46% dos casos de agressão ocorrem dentro de casa, onde

as mulheres são vítimas de familiares do sexo masculino.

— Mais absurdo ainda é que somente um, em cada cem casos documentados de agressão, resulta em condenação. Os demais são arquivados ou terminam na absolvição dos acusados — comentou.

A senadora pelo PT atribui esse fato à falta de legislação mais rígida para punir esse tipo de violência, bem como à pouca sensibilidade de advogados, promotores e juízes, que preferem arquivar os processos. Ela ressaltou que, apesar disso, as mulheres precisam

perder o medo e denunciar a violência de que são vítimas.

Emilia lamentou que a sociedade brasileira ainda seja muito discriminatória contra a mulher, na educação, na profissão e no lar. A senadora salientou que 30% das mulheres são, hoje, chefes de família, observando que o fato de seus salários serem menores e seus índices de desemprego bem maiores do que os relativos aos homens resulta numa discriminação também contra as crianças que dependem unicamente da mãe para sua sobrevivência, educação e saúde.

Maçons estão preocupados com a soberania da Amazônia, diz Mozarildo

Os maçons do Grande Oriente e das Grandes Lojas, integrantes da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, estiveram reunidos de 15 a 17 de novembro, em Boa Vista (RR), informou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). No encontro foi discutido o tema "A Maçonaria e a Realidade da Amazônia Roraimense". A reunião, segundo o senador, originou a Carta de Roraima, documento em que os maçons recomendam presen-

ça maior das Forças Armadas em todas as regiões da fronteira, inclusive nas áreas indígenas, para permitir a implantação de infraestrutura.

De acordo com a carta lida em Plenário por Mozarildo, os maçons estão preocupados com a necessidade de garantir a soberania nacional e a convivência pacífica entre todos os setores da sociedade brasileira. Os maçons também recomendam a implementação de política nacional

que fomente o desenvolvimento sustentável.

Os maçons defendem ainda, de acordo com Mozarildo, que órgãos governamentais combatam as ações de grupos econômicos e religiosos voltadas "para o uso do índio como massa de manobra" e que haja "revisão completa" no tamanho das terras indígenas já demarcadas. A carta pede ainda que o Congresso regulamente lei fundiária para Roraima.

Lindberg denuncia ação da AmBev contra distribuidor

Segundo o senador, a decisão da empresa de comercializar cerveja diretamente no mercado está "aniquilando" tradicionais revendedores

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) denunciou em discurso que documentos da Federação Nacional dos Distribuidores de Bebidas e Refrigerantes mostram que a AmBev (Companhia de Bebidas das Américas), empresa resultante da fusão das cervejarias Antarctica e Brahma, vem promovendo um "verdadeiro aniquilamento" de sua rede de distribuidores. Até agora, conforme os documentos, mais de 2.500 distribuidores já fecharam as portas, provocando o desemprego de 227 mil pessoas.

O problema foi debatido na noite de terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo Lindberg Cury, os depoimentos apresentados revelam que a AmBev decidiu fazer distri-

buição direta no varejo, competindo com tradicionais revendedores das cervejas Antarctica e Brahma. Ele citou denúncia dos distribuidores de que a AmBev passou a privilegiar as grandes redes de supermercados, contribuindo "para aumentar ainda mais o exagerado poder dos hipermercados sobre o mercado varejista nacional".



Lindberg Cury: documentos mostram que mais de 2.500 distribuidores já fecharam as portas

CADE

O compromisso firmado pela AmBev com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), depois de longo processo sobre a fusão, impedia a redução dos níveis de empregos. O proble-

ma, no entanto, é que o compromisso não estabeleceu salvaguardas para os outros integrantes do setor, como os distribuidores. O senador manifestou esperança de que o Cade interfira no processo, para evitar mais demissões.

Exigências foram seguidas, diz diretor da empresa

Na audiência promovida pela CAE sobre a fusão das cervejarias Antarctica e Brahma, o diretor de relações corporativas da AmBev, Milton Seligman, afirmou que a empresa atendeu a todas as exigências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Além disso, afirmou, o grupo aumentou o número de empregos.

Já o presidente da Federação Nacional dos Distribuidores de Cervejas e Refrigerantes, Valdemir de Oliveira Machado Filho, disse que a relação da AmBev, também detentora da marca Skol, com os distribuidores "é de canibalismo". O advogado da federação, Ricardo Sayeg, considera que a AmBev, devido ao poder que detém, pode manipular preços e excluir distribuidores.

Valdemir Machado Filho afirmou que a AmBev vem tomando



Milton Seligman, diretor da AmBev: criação da empresa aumentou o número de empregos no setor

decisões unilaterais que prejudicam os distribuidores e não institui política de negociação. "Ninguém discute que a AmBev cresceu depois da fusão. Temos que discutir a que custo foi esse crescimento", disse Valdemir. Milton Seligman, da AmBev, informou que a empresa faturou R\$ 16,2 bilhões em 2000, o que a deixa na posição de quinta maior cervejaria do mundo, detentora de 69,4%

do mercado brasileiro de cervejas. A empresa possui 17.500 empregados (eram antes, somados os da Antarctica e Brahma, 16.126) e 10 mil terceirizados.

O secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, afirmou que

os preços da cerveja estavam decrescentes entre 1996 e 1998, e que após a fusão houve reversão na tendência de queda. "Não subir tanto quanto outros bens não significa diminuir", lembrou. O coordenador-geral de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, observou que não há variações substanciais na arrecadação da AmBev depois da fusão.

Rocha: há indício de abuso de poder econômico

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que "existem indícios fortes de abuso de poder econômico" por parte da AmBev, empresa que resultou da fusão da Antarctica com a Brahma. Rocha sustentou que a AmBev não vem cumprindo "sequer o termo de compromisso" que assinou por determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade), que examinou a fusão.

Durante a audiência pública na CAE, Sebastião Rocha sustentou que a AmBev "pode estar mantendo" os preços das suas cervejas, "mas à custa de redução da margem de lucro dos distribuidores". Além disso, a empresa já levou ao fechamento de distribuidoras por causa da baixa margem na venda. "Com tudo isso, a AmBev vem

eliminando milhares de empregos, pois decidiu também distribuir sua produção."

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse não entender por que os consumidores da região do Alto Paranaíba (MG) são obrigados a comprar cerveja Antarctica no Rio de Janeiro, quando poderiam buscar o produto em Montes Claros (MG).

Especialistas querem ampla discussão sobre TV digital

A requerimento dos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Gerson Camata (PMDB-ES), a Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão Permanente do Cinema Brasileiro realizaram terça-feira audiência sobre o padrão de tecnologia de TV digital mais adequado para o Brasil. Os debatedores defenderam a necessidade de haver uma ampla discussão antes de qualquer decisão sobre o assunto.

O representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), Fernando Bittencourt, destacou as potencialidades do sistema, que melhora a qualidade das transmissões e amplia as possibilidades de interatividade com o público.

O professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), afirmou não se tratar apenas de uma decisão a respeito do padrão tecnológico a ser adotado, mas de "uma completa mudança de paradigma", que envolve aspectos culturais e econômicos que afetam a sociedade brasileira. A convergência tecnológica, afirmou, leva à necessidade de discussão acerca de uma lei de telecomunicações que envolva

também a radiodifusão brasileira.

A necessidade de investimentos pelas geradoras e retransmissoras foi destacada pelo diretor de tecnologia e desenvolvimento da Rede Bandeirantes, Miguel Cipolla Júnior. O público, disse, também vai arcar com os custos da mudança, quando tiver de trocar os aparelhos receptores. Ele ressaltou ainda que nos seis países que já operam com a TV de alta definição ainda são enfrentados problemas para definir o perfil mercadológico da nova tecnologia.

TRANSIÇÃO

Yapir Marota, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), explicou que a adoção da TV digital deve prever uma fase de transição em que a nova tecnologia coexista com a televisão analógica.

Atualmente, há três padrões de TV digital, que disputam o mercado brasileiro. Para o representante da Abert, o padrão japonês apresenta maiores potenciais e é mais flexível tanto para a TV aberta como para a TV por assinatura. Os padrões americano e europeu, afirmou, enfrentam problemas para ser adotados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. José Fogaça e o professor Venício Artur de Lima falam sobre mídia e poder
7h30 — *Entrevista* — O sen. Tião Viana fala sobre lixo hospitalar
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Correção das deformações congênitas — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Os fortes do Recife
9h30 — *Entrevista* — O sen. Roberto Saturnino fala sobre o Fórum Social Mundial
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h30 — Comissão Conjunta Parlamentar do Mercosul — Reunião para apreciar relatório da Emilia Fernandes sobre plebiscito para tirar ou não o Brasil da Alca nos próximos 20 anos (gravado)
16h30 — Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática — Audiência pública sobre a implantação da TV digital no Brasil, requerida pelos senadores Antonio Carlos Júnior e Gerson Camata. Convidados: Fernando Bittencourt (coordenador do grupo Abert/SET), Yapir Marota (Anatel), Miguel Cipolla Júnior (Rede Bandeirantes) e Murilo César Ramos (diretor do Departamento de Comunicação da UnB) (gravado)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Waldeck Ornelas fala sobre a modernização da Previdência Social
19h — *As Cores do Brasil* — Os fortes do Recife
19h30 — *Debate* — O sen. Iris Rezende e o deputado

Pedro Chaves falam sobre as estradas do Brasil
20h30 — Horário político PTB — 20 minutos — Geradora: Rede Globo de Rádio e TV (RJ)

Em seguida — *Entrevista* — O sen. Arlindo Porto fala sobre a política habitacional
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviço
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviço
9h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-Bossa Nova
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
13h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-Bossa Nova (reprise)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviço
20h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-Bossa Nova (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Improviso* — Destacando Nina Simone

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

O Senado procura talentos

Maiores informações:
www.senado.gov.br e 0800612211

O Senado Federal está procurando os melhores cérebros em mais de 22 áreas do conhecimento. Se você tem curso superior, bacharelado ou licenciatura plena em qualquer área, poderá compor a equipe de consultores do Senado e exercer uma atividade intelectualmente gratificante. A primeira etapa do concurso será realizada em Brasília, Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.
Inscrições: de 19 a 30 de novembro, em agências selecionadas da Caixa Econômica Federal, pela Internet e pelos Correios.
Salário Inicial: R\$ 5.900,00

Subsecretaria de Projetos Especiais - C&D



Concurso Público
Consultor Legislativo e Consultor de Orçamentos

CONCURSO PÚBLICO PARA CONSULTOR LEGISLATIVO E DE ORÇAMENTOS

SITE OFICIAL DO CONCURSO

www.cespe.unb.br/senado

OUTROS PORTAIS DE ACESSO AO EDITAL COMPLETO

www.senado.gov.br e www.ilbsenado.gov.br/concurso.htm

REMUNERAÇÃO

R\$ 5.901,50 mensais

CARGA HORÁRIA

Quarenta horas semanais

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Diploma de curso de graduação plena (qualquer área de formação).

ÁREAS E VAGAS

Consultor Legislativo

Nº	Área	Vagas
1	Administração Pública	1
2	Comunicações e Ciência da Informação	1
3	Direito Civil, Processual Civil e Agrário	1
4	Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário	1
5	Direito Econômico e Comercial	1
6	Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário	2
7	Direito do Trabalho e Previdenciário	1
8	Direito Tributário e Financeiro Público	1
9	Economia - Agricultura	1
10	Economia - Desenvolvimento Regional	1
11	Economia - Minas e Energia	1
12	Economia - Política Econômica	2
13	Economia - Sistema Financeiro e Dívida Pública	1
14	Economia do Trabalho e Previdência	1
15	Educação, Cultura e Desporto	1
16	Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia	1
17	Pronunciamentos	3
18	Relações Internacionais e Defesa Nacional	1
19	Saúde	1
20	Sistemas Políticos e Direitos da Cidadania	1
21	Transportes e Desenvolvimento Urbano	1

TOTAL 25

Consultor de Orçamentos

Duas vagas

Vagas para portadores de deficiência

Duas vagas, do total de vagas destinadas aos cargos/áreas

INSCRIÇÃO

Valor: R\$ 100,00

Via **Caixa Econômica Federal**, nas seguintes agências:

UF	Cidade	Agência	Endereço
DF	Brasília	Bernardo Sayão	CBS 504, bloco A, lojas 64/65, Ala Sul
DF	Brasília	José Seabra	SEPN 509, conjunto C, Ala Norte
DF	Brasília	Taquatinga	C-3, lote 10, Taquatinga
DF	Brasília	Dam Bosco	SEPN 513, lotes 4/5, lojas 6/10
DF	Brasília	UnB	Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC (minhocão), Ala Sul
MG	Belo Horizonte	Savassi	Avenida Cristóvão Colombo, n.º 373, Funcionários
MG	Belo Horizonte	Tupinambás	Rua Tupinambás, n.º 462, Centro
MG	Belo Horizonte	Século	Rua Carijó, n.º 218, Centro
PA	Belém	Clito	Avenida Presidente Vargas, n.º 744, Comércio
PA	Belém	Ver-O-Peso	Avenida Presidente Vargas, n.º 121, Comercial
PA	Belém	Batista Campos	Travessa Padre Lúcio, n.º 2021, Batista Campos
PE	Recife	Coelho Neto	Coelho Neto, n.º 471, Recife
PE	Recife	As Agamenon	As Agamenon Magalhães, n.º 2007, Boa Vista
RJ	Rio de Janeiro	Botafogo	Rua Voluntários da Pátria, n.º 216, Botafogo
RJ	Rio de Janeiro	Copacabana	Avenida Nossa Senhora Copacabana, n.º 661, Copacabana
RJ	Rio de Janeiro	Guaraná	Avenida Rio Branco, n.º 39, Centro
RJ	Rio de Janeiro	Almirante Tamandaré	Praça Barão de Ladário, s/n.º, Centro
RJ	Rio de Janeiro	Avenida Chile	Avenida Chile, n.º 230, Térreo, Centro
RJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Avenida Rio Branco, n.º 125, Centro
RS	Porto Alegre	Otávio Rocha	Avenida Otávio Rocha, n.º 270, Centro
RS	Porto Alegre	Rua da Prata	Rua dos Andradas, n.º 1307, Centro
RS	Porto Alegre	Praça da Alfândega	Rua dos Andradas, n.º 1000, Centro
SP	São Paulo	Avenida Paulista	Avenida Paulista, n.º 1842, Cerqueira César
SP	São Paulo	Bela Vista	Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, n.º 900, Bela Vista
SP	São Paulo	Brooklin	Rua Barão do Rio Branco, n.º 401, Brooklin
SP	São Paulo	Granja Julieta	Rua Santo Amaro, n.º 7237, Granja Julieta

Via Postal

Formulário próprio anexo ao edital

Postagem por Sedex até o dia 30 de novembro

Via Internet

Das 10h do dia 19 de novembro às 20h do dia 2 de dezembro

Endereço: www.cespe.unb.br/senado

Formas de pagamento para inscrições via Internet:

- por meio de débito em conta corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil
 - por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica
 - por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária
- O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/senado

Por procuração

Documento de procuração (não é necessário reconhecer firma) e cópia do documento de identidade do candidato

FORMALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Preenchimento do formulário

Pagamento da taxa

Apresentação de cópia legível, em bom estado e recente, de documento de identidade

Formalizar sua opção por **apenas um** dos cargos/área

DATAS

Das inscrições

Via Caixa (horário bancário) e via postal: 19 a 30 de novembro

Via Internet: das 10h do dia 19 de novembro às 20h do dia 2 de dezembro

Das provas da primeira etapa (provas objetivas - dias 2 e 3 de fevereiro de 2002)

Parte I - 2 de fevereiro de 2002 (*Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais, Direito Constitucional e Direito Administrativo, Administração e Políticas Públicas, Raciocínio Lógico, Língua Inglesa*)

Parte II - 3 de fevereiro de 2002 (*Conhecimentos Específicos*)

Das provas da segunda etapa (provas discursivas)

Parte I - 9 de março de 2002 (*Dissertação, Resumo e Tradução do Inglês para o Português, Tradução do Espanhol para o Português*)

Parte II - 10 de março de 2002 (*Elaboração de dois discursos, para a Área de Pronunciamentos, e de um Parecer e de uma questão discursiva, para as demais áreas*)

Da terceira etapa (avaliação de títulos) - data a ser fixada posteriormente

LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

Primeira etapa

Belém
Belo Horizonte
Brasília
Porto Alegre
Recife
Rio de Janeiro
São Paulo

Segunda etapa

Brasília
Belém
Belo Horizonte
Brasília
Porto Alegre
Recife
Rio de Janeiro
São Paulo

Programas e demais informações

Ver edital

Diário Oficial da União, 3ª seção, dia 1º de novembro de 2001, pp. 105 a 115.

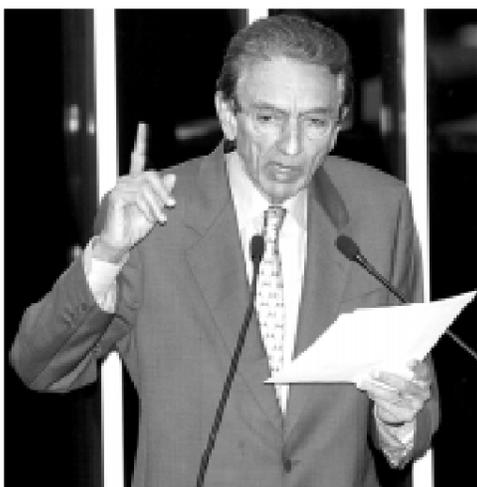
Lobão elogia esforço industrial para enfrentar o racionamento

Ao contrário do que era esperado, destaca o senador, houve aumento de produção em determinados segmentos, especialmente o têxtil

O desempenho da indústria brasileira, especialmente no setor têxtil, desde o início do racionamento de energia elétrica, foi aplaudido ontem pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que destacou o trabalho desenvolvido pelos ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil, Pedro Parente, na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Lobão disse que, para evitar cortes, a indústria buscou alternativas como o banco de horas, a redução dos turnos e a reorganização do tempo de uso dos equipamentos.

Ao contrário do que era esperado, observou o senador, houve aumento de produção em determinados segmentos industriais, com abertura de novas vagas.

— Um dos exemplos mais notáveis desse crescimento está no segmento têxtil, que vai recuperando para o Brasil a sua vocação para esse setor, que responde atualmente por 13,5% do PIB industrial e por 13,6% dos empregos gerados na indústria de transformação — afirmou Lobão.



Edison Lobão saúda retomada da vocação brasileira para o setor têxtil

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que a abertura das importações, em passado recente, trouxe grande sofrimento para a indústria têxtil e serviu apenas para incentivar o contrabando. Ele recordou também que, há dois ou três anos, o PFL discutiu e propôs medidas para a recuperação da cultura do algo-

ção e do parque têxtil no país.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou a postura equilibrada e tranqüila do ministro José Jorge na condução das medidas referentes ao racionamento de energia elétrica, afirmando que o Brasil tem capacidade de produção e de exportação.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) anunciou a vitória brasileira em Qatar, onde esteve como membro de comissão ministerial, com a abertu-

ra de mais um mercado para exportação. O senador Carlos Wilson (PTB-PE) lembrou esforço que desenvolveu à frente do governo pernambucano pela recuperação do setor têxtil. Segundo ele, esse setor é “uma das alternativas econômicas de alta valia para o Nordeste nesse momento de crise energética”.

Carlos Wilson pede que setor aéreo evite demissões em massa

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) disse que é grave a situação das empresas aéreas e pediu aos representantes do setor que apresentem projeto concreto de saneamento, mas “coloquem a mão na consciência” quanto à decisão de demitir em massa. “A cada trabalhador demitido, condenam toda uma família ao sofrimento”, observou.

— As empresas aéreas brasileiras reduziram drasticamente a utilização de mão-de-obra. O recente atentado em Nova York, a dolarização dos componentes da indústria da aviação, a aplicação de tarifas irrealistas diante dos custos (ainda que consideradas as mais altas do mun-

do), a atualização tecnológica, tudo isso serve de desculpa para uma onda enorme de demissões — afirmou.

A Varig, “que já foi orgulho da aviação civil brasileira”, disse o senador, luta, com dificuldades, contra um prejuízo gigantesco, tendo cancelado uma série de rotas nacionais e internacionais, além de anunciar a demissão de 1.750 trabalhadores. A Transbrasil, acrescentou, que já foi “glória da livre iniciativa brasileira”, está com as aeronaves sucateadas, limitou a frota e demitiu centenas de trabalhadores, além de enfrentar dificuldades para pagar direitos trabalhistas.

— Não vou falar da Vasp, não é



Carlos Wilson quer proposta concreta para saneamento das empresas

preciso. Desafio meus colegas a empreenderem uma corajosa aventura a bordo de suas aeronaves, a maioria delas com mais de 20 anos de uso — disse.

Um fato curioso, segundo o senador, é que as estatísticas revelam crescimento expressivo no mercado de transporte aéreo, graças às atividades da TAM e da GOL, novas empresas que deram salto na oferta de vôos e assentos e inseriram-se no mercado com sucesso, fruto sobretudo de um novo conceito de companhia aérea.

Hartung apóia reajuste de 20% na tabela do Imposto de Renda

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) manifestou-se favorável ao entendimento articulado na Câmara dos Deputados em torno do reajuste linear de 20% na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Autor do projeto original, que corrigia a tabela em 28,4%, Hartung



Hartung declarou-se favorável ao entendimento articulado na Câmara

fez um apelo aos deputados para que aprove a nova tabela, e ao Senado para que também vote o projeto ainda este ano, permitindo, dessa forma, que vigore em 2002.

Ao criticar a equipe econômica pela apresentação de propostas alternativas ao projeto, o senador disse que a articulação do governo contra a aprovação é “uma enorme insensibilidade social e política”.

— Chega a ser uma provocação aos parlamentares o modo como lideranças governistas tratam a questão, ameaçando cortar recursos das emendas orçamentárias para cobrir o alegado déficit decorrente da correção da tabela. Nada

acrescentam ao debate as agressões verbais do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que chamou de hipocrisia e farsaísmo a defesa da proposta aprovada no Senado e que avança para ser ratificada na Câmara — afirmou.

Hartung rebateu a alegação do governo de que o reajuste provocaria queda na arrecadação, citando informação do jornal *Valor Econômico* de que a arrecadação tributária baterá recorde histórico este ano, ultrapassando 34% do Produto Interno Bruto.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com Hartung e afirmou que o governo federal “está transgredindo, violando e cometendo uma infração ao não atualizar a tabela”.

Hartung manifestou seu apoio à proposta do presidente do Senado, Ramez Tebet, de prorrogar os trabalhos do Congresso para votar o reajuste da tabela do IRPF e o fim da imunidade parlamentar.

Maguito Vilela quer condicionar importação de produtos agrícolas

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou ontem que está apresentando projeto de lei condicionando a importação de produtos agrícolas cujo produção interna satisfaça a demanda à aprovação do Conselho Nacional de Política Agrícola. O objetivo, explicou, é a possibilidade de que representantes dos produtores sejam ouvidos quando do estabelecimento das políticas de importação, pois o conselho é composto majoritariamente por integrantes de entidades independentes ligadas ao setor.



Maguito: Conselho Nacional de Política Agrícola deve ser ouvido

A solução dos problemas dos produtores, afirmou Maguito, passa pela restrição às importações de determinados produtos. Ele classificou a situação como dramática, destacando a dos produtores de leite que, afirmou, são os que mais sofrem com a importação indiscriminada.

Maguito lembrou já ter protocolado uma denúncia no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pedindo providências para a queda injustificada nos preços pagos pela indústria ao produtor.

Agropecuária precisa de política duradoura, diz Mauro Miranda

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou sua satisfação com a renegociação das dívidas dos produtores rurais, consolidada pelo governo por meio de medida provisória (MP) editada no final de outubro. Ele observou, no entanto, que ainda se faz necessária a execução de uma política efetiva, sólida e duradoura para a atividade agropecuária no país. A MP está tra-

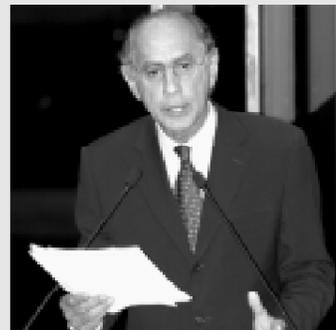
mitando na Câmara dos Deputados.

Na avaliação de Mauro Miranda, o acordo de renegociação, ao prorrogar prazos de pagamento e reduzir juros, repara parcialmente as dificuldades enfrentadas pela categoria. O produtor rural, disse, tem uma dura rotina de luta contra intempéries, pragas, flutuações de preços e “principalmente contra o descaso das autoridades”.

O parlamentar afirmou que o setor tem sido o grande sustentáculo do desenvolvimento brasileiro, mantendo sucessivos superávits na balança comercial. De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura, informou, o resultado da balança agropecuária no primeiro semestre foi de US\$ 6,94 bilhões, superando em 25,8% o resultado obtido no mesmo período do ano passado.

Uma das atividades que assinalam a força do setor, observou Mauro, é a colheita de grãos e oleaginosas, estimada para a safra 2001/2002 em 100 milhões de toneladas.

— Esse é o setor agropecuário, que em troca de tudo o que faz pelo país nada mais reivindica do que uma política agrícola consistente e uma política creditícia justa — concluiu.

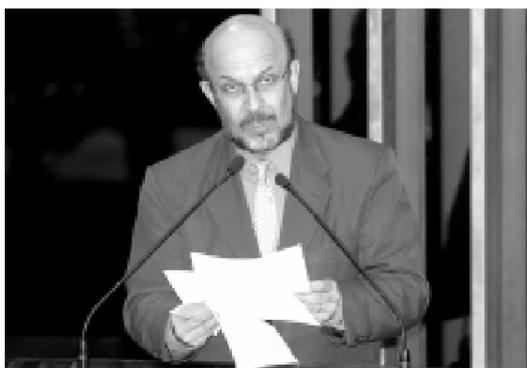


Mauro Miranda expressou satisfação com a renegociação das dívidas dos produtores rurais

Ricardo Santos cobra providências para garantir exportação de aço

Estados Unidos praticam protecionismo crescente e agora ameaçam sobretaxar importações de aço, prejudicando vendas brasileiras de 10 milhões de toneladas anuais do produto, diz senador

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) protestou contra o crescente protecionismo dos Estados Unidos, que, agora, ameaçam sobretaxar suas importações de aço, iniciativa que irá prejudicar as exportações brasileiras, da ordem de 10 milhões de toneladas anuais. Segundo ele, o presidente George W. Bush deverá decidir, até fevereiro próximo, se acata denúncias da Comissão de Comércio Internacional (ITC) de “concorrência desleal e razões de segurança nacional” em relação a essas importações.



Ricardo Santos propõe que comissões do Senado e da Câmara protestem contra medidas protecionistas

Ricardo Santos afirmou que as empresas brasileiras já se organizaram para sua defesa processual, contratando advogados para

lhês dar suporte técnico. Cabe, porém, ao governo brasileiro, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, atuar na defesa da siderurgia nacional, que rende cerca de US\$ 2,1 bilhões anuais em exportações e emprega 66,5 mil pessoas.

O senador entende que também o Congresso deve dar sua colaboração nessa luta. Ele propôs a criação de uma comissão mista de deputados e senadores para levar, em janeiro, ao Congresso norte-americano, a discor-

dância do Brasil em relação às medidas protecionistas, que contam com boa acolhida no Parlamento dos Estados Unidos.

Ricardo Santos propôs, ainda, que representantes das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores do Senado e da Câmara façam chegar ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil moção de protesto contra as medidas protecionistas.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) lamentou que a Organização Mundial do Comércio não tenha poder para impedir que países ricos abusem de suas políticas de fixar cotas e impor sobretaxas de importação.



Mozarildo: livros referem-se a um continente amazônico sob responsabilidade dos EUA e da ONU

“Livros nos EUA deturpam fatos sobre Amazônia”

Reportagem publicada no último dia 21 de novembro no jornal *Brasil Norte*, de Roraima, intitulada “Livros didáticos americanos dizem que Amazônia é deles”, levou o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a solicitar ao ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, informações sobre o que se ensina nas escolas norte-americanas sobre a região amazônica.

Mozarildo observou que os livros didáticos de Geografia utilizados no ensino das turmas norte-americanas correspondentes à 6ª série do ensino fundamental brasileiro fazem referência a um continente, incluindo toda a Amazônia, sob a responsabilidade dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas (ONU).

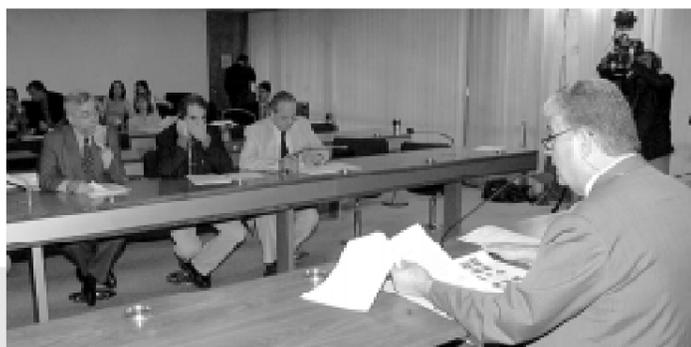
Segundo tradução dos livros de Geografia americanos publicada pelo jornal *Brasil Norte*, em meados dos anos 80 foi fundada a Former International Reserve of Amazon Forest (Finraf), em virtude de a floresta estar localizada na América do Sul, “uma das mais pobres regiões da Terra e rodeada de países irresponsáveis, cruéis e autoritários”.

O texto diz ainda que a floresta fazia parte de “oito diferentes e esquisitos países, os quais, na maioria dos casos, reinos de violência, comércio de drogas, intolerância e de povos ignorantes e primitivos”. Mozarildo opinou que se realmente escolas americanas estiverem utilizando este material didático o fato pode ser considerado um atentado à soberania do Brasil e da Amazônia.

Adiada votação sobre plebiscito para adesão à Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul votará na próxima semana parecer da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) ao projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que convoca plebiscito para decidir sobre a necessidade de suspensão das negociações acerca da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pelo prazo de 20 anos. Emilia apresentou emenda à proposta de Saturnino, reduzindo esse prazo para 15 anos.

Na justificativa da proposta, Saturnino apontou que a economia brasileira “não tem condições de se integrar à economia norte-americana se não passar antes por um processo de fortalecimento interno e de integração com os demais países da América do Sul”,



Os membros da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul votarão parecer sobre a proposta na próxima semana

por intermédio do Mercosul.

A maioria dos parlamentares presentes à reunião da comissão, realizada ontem, argumentou, porém, que a prerrogativa de suspender as negociações deve ser preservada pelo Congresso Nacional. O senador Arlindo Porto

(PTB-MG) disse que a sociedade deve acompanhar as negociações da Alca por meio do Parlamento para que o acordo “não seja empurrado de cima para baixo”.

— O Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm que ser grandes centros de debate sobre polí-

tica externa. O Congresso é quem tem que bater o martelo sobre negociações internacionais — afirmou Arlindo, que criticou o fato de o Legislativo não acompanhar anteriormente os debates e receber “o prato feito” do Executivo.

Nessa linha, diversos parlamentares manifestaram seu apoio à proposta de emenda à Constituição do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que determina que as negociações acerca de acordos internacionais devem receber autorização prévia do Congresso.

— Precisamos ser formuladores ativos, em vez de aprovadores passivos das negociações internacionais — disse José Fogaça (PPS-RS), ao sugerir que, em vez de plebiscito, seja convocado referendo para decidir sobre a adesão à Alca.

Emilia pede abertura de embaixada no Iraque

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) sugeriu ontem, em entrevista, que o governo restabeleça os canais diplomáticos com o Iraque e reabra a sede da embaixada brasileira naquele país. Para ela, essa é a melhor forma de o Brasil manter a sua tradição de diplomacia democrática e transparente e de demonstrar que não discrimina nenhuma nação.

— Não se justifica o Brasil não manter relações com esse povo

que já foi muito massacrado e hoje está solicitando um canal de diálogo — afirmou Emilia.

A senadora lembrou que o Brasil cortou relações com aquele país desde a guerra de 1991, quando os Estados Unidos decretaram o embargo ao Iraque. Hoje, acrescentou ela, o país dispõe de documentos emitidos pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) que comprovam que não existem motivos para o embargo.

Emilia e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) acompanharam a visita de uma delegação do Partido Árabe Socialista do Iraque (Baath), que foi recebida na terça-feira pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Jefferson Péres (PDT-AM). O grupo pediu o restabelecimento das relações comerciais, sociais, políticas e culturais com o Brasil.



Para Emilia Fernandes, Brasil deve manter tradição de diplomacia democrática